

Alianças inconscientes e transmissão traumática

Unconscious alliances and transmission of trauma

Gleyse Gonçalves Martins de Paula¹, Belo Horizonte
Cristiane Pilar Lago², Santa Cruz do Sul

Resumo

Transmitir é fazer passar um objeto de identificação, um pensamento, uma história ou afetos de uma pessoa para outra, de um grupo para outro, de uma geração para outra. E, ainda, é a partir da condição de grupo da família enquanto sistema de cruzamento de espaços psíquicos complexos composto pelas instâncias intrapsíquicas de cada um, mobilizadas pela situação de grupo e pelas formações e processos do inter e do transobjetivo que se viabiliza a transmissão entre gerações. O objetivo, então, deste

1 Psicóloga Clínica e Psicanalista (IBPW). Mestre em Ciências da Saúde e Biomedicina (Santa Casa de Belo Horizonte). Doutora em Ciência Cognitiva (Universidade de Lisboa). Doutoranda em Psicologia Clínica do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bolsista de Nível Superior, CAPES, Brasil. gleyssedepaula@yahoo.com.br

2 Psicóloga, Psicanalista (Constructo Instituição Psicanalítica). Mestre em Psicologia Clínica pela PUCRS, Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi. cpilarlago@gmail.com

ensaio é refletir sobre as alianças psíquicas, bem como, sobre os aspectos implicados na transmissão inter e transgeracional do trauma.

Palavras-chaves: Alianças psíquicas; Inconscientes; Transmissão traumática

Abstract

Transmission is an act to pass an object of identification, a thought, a story or affections from one person to another, from one group to another, from one generation to another. In addition, transmission refers a specific condition of the family group as a system where the complex psychic spaces composed of the intrapsychic instances could mobilize each member of the group to integrate the processes of the transmission between generations. Thus, the aim of this essay is to reflect on the psychic alliances and aspects involved in the inter and transgenerational transmission of trauma.

Keywords: *Psychic alliances; Unconscious; Transmission of trauma*

Introdução

A transmissão psíquica situa-se em um processo de identificação constitutivo de todo e qualquer sujeito, que, na melhor das hipóteses, opera uma transformação daquilo que já se encontrava presente como investimento narcísico para torná-lo seu, conforme o famoso adágio de Goethe (GOETHE apud FREUD, 1913 [1912-13] /2012, p. 241): “Aquilo que herdaste dos teus ancestrais, conquista-o, para que o possuas”³.

3 Goethe, Fausto, Parte I, Cena I, vv.682-3.

Desta forma, no que concerne à história de cada sujeito, observa-se que os significantes que são transmitidos e precedem a nossa existência, sob a forma de traços sem memória e esvaziados de sentido, podem permanecer congelados em uma pré-história geracional ausente de simbolização, principalmente em situações traumáticas, pois o trauma se insere no campo da impossibilidade de dizer, um dito indizível que se apresenta por portar um saber que não se sabe, e, para além, torna-se não-dito. Cabe pensar, então, que não é raro na experiência de cada sujeito existirem situações nas quais as palavras se fazem insuficientes para expressar a densidade da vivência. Assim, o dizer defronta-se com a sua insuficiência e com o limite da expressão.

Segundo Kaës (1998), o interesse suscitado pela transmissão da vida psíquica entre gerações testemunha a tentativa, há alguns anos, de elaborar a crise multidimensional que afeta os fundamentos e as modalidades da vida psíquica; a crise na inteligibilidade dos sofrimentos e das organizações patológicas; além das crises nas formas de tratamento e, conseqüentemente, nas condições de conhecimento da própria vida psíquica.

Em todas as dimensões dessa crise, a questão da precedência do outro e de mais de um outro no destino do sujeito persiste como uma espécie de desafio à compreensão da vida psíquica a partir dos únicos limites daquilo que a determina de maneira interna: a questão do sujeito define-se, cada vez mais necessariamente, no espaço intersubjetivo, e mais precisamente, no espaço e no tempo da geração, do familiar e do grupal, ali onde, exatamente, o Eu pode vir a ser (AULAGNIER, 1975) ou tem dificuldade de constituir-se (KAËS, 1998). Assim, o propósito deste ensaio é refletir sobre os paradigmas diversos que alicerçam questões referentes à transmissão psíquica geracional.

Alianças psíquicas e o processo de transmissão geracional

O grupo familiar configura-se enquanto agrupamento sistêmico e particular devido à sua estrutura de laços de aliança e de fraternidade, de filiação, suas funções e finalidade. Assim, a articulação e o agenciamento desses diferentes espaços psíquicos heterogêneos que constituem o espaço psíquico da família definem seu envelope com suas funções de constituição, o que permite que se organize um espaço e um tempo próprios (GRANJON, 2000).

Por esta via, em situações de violência intra-familiar, como as agressões de todas as ordens, por exemplo, conflitos político-sociais, guerras, ditaduras e genocídios, o silêncio da violência ou a ruptura dos diversos vínculos geracionais são o denominador comum que percorre a sucessão das gerações e o tecido grupal comunitário, limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização que organizam a cadeia de significantes (CORREA, 2000).

Então, se pensamos a família enquanto instituição sistêmica e fluída, que os espaços, as funções, os laços e alianças se constituem, fragmentam-se e se reagrupam, faz-se pertinente lançar um olhar para a possibilidade da cisão e fragmentação dessas alianças em níveis intersubjetivos (distúrbios da relação e da comunicação), intrapsíquico (em um ou em vários membros da família) e transpsíquico (parte comum e indiferenciada do grupo) se configurarem a partir de vivências de condições de traumatização. Pois a condição de fissura e fragmentação das alianças pode repercutir em dissolução da coesão familiar ou da relação fusional com confusão dos espaços psíquicos; abolição dos limites e das diferenças; falhas ou ausências das formações intermediárias entre o grupo e os sujeitos do grupo; perturbação da cadeia associativa familiar, com censuras, rupturas,

discurso operatório, a-fantasmático; perda da memória e da história ou de partes de histórias que podem ir até o fantasma de autoengendramento, com sobreposição ou inversão das gerações; e, ainda, desencadear diversos sintomas individuais somáticos e/ou psíquicos (GRANJON, 2000).

Com efeito, cada família transmite ao recém-nascido sua maneira de apreender o mundo exterior e de organizar o universo interno. Desta forma, o aparelho psíquico familiar funciona sempre como uma matriz de sentido, que serve de invólucro e de sustentáculo primários à psique do sujeito (ANDRÉ-FUSTIER; AUBERTEL, 1998), pois as funções do aparelho psíquico familiar são funções de continência, de ligação, de transformação e de transmissão.

É a partir, então, desses mecanismos psíquicos de decodificação que cada criança constituirá seu mundo interno, colorido por suas fantasias pessoais. É válido ressaltar que, com a função de transmissão psíquica, é introduzida a dimensão histórica do aparelho psíquico familiar (ANDRÉ-FUSTIER; AUBERTEL, 1998). Assim, a função de transmissão na sucessão de gerações remete à maneira pela qual cada família dará à criança as chaves de acesso ao mundo (ANDRÉ-FUSTIER; AUBERTEL, 1998). Consecutivamente, pode-se perceber que, no momento em que a transmissão de conteúdos e vivências sofre entraves, uma quantidade considerável de material traumático, não elaborado e não simbolizado, será transmitido em seu estado bruto para a geração seguinte.

Para Granjon (2000), o que se oferece à criança nos termos do contrato de vida, o que lhe é proposto, é um lugar a ocupar e uma carga a assumir, permitindo-lhe adquirir este lugar que a funda. Aquilo de que se deve encarregar é assegurar a continuidade do ser-conjunto da família, fazendo-se herdeira dessa parte lacrada no pacto de aliança, no pacto denegativo, enquanto herdeira da Caixa de Pandora com a função de conter e manter

fora de alcance certas questões negativas da transmissão psíquica no momento da aliança, conservando o grupo familiar.

Dessa forma, o contrato narcísico, enquanto dispositivo de mediação simbólica, operacionaliza toda e qualquer relação possível entre sujeito-sociedade, sujeito-grupo, discurso singular e referente cultural. Esse contrato assimétrico, uma vez que precede o sujeito, cumpre a função de lhe atribuir um lugar determinado, um discurso que inclui valores e ideais a serem apropriados e uma cadeia de significantes que conecta o novo membro ao mito fundador do grupo. Assim, é por esse investimento narcísico e por esse discurso que cada sujeito estará vinculado ao ancestral fundador, ocupando o duplo estatuto do sujeito, para si mesmo o seu próprio fim, e elo de uma cadeia intersubjetiva e intergeracional.

Conforme salienta Freud (1914/2010) no texto *Introdução ao narcisismo*, o sujeito é, em si mesmo, seu próprio fim, mas se encontra vinculado a uma corrente geracional como elo de transmissão, sendo beneficiário e herdeiro da mesma. E, ainda, o contrato narcísico nos indica que existe um pré-investimento dos pais em relação ao bebê, ao qual reservam um lugar legítimo (AULAGNIER, 1975). Assim, a criança demanda do grupo o reconhecimento do seu pertencimento, enquanto o grupo lhe demanda a preservação de seus valores e leis, previamente estabelecidos, pactuando as condições de um espaço onde o Eu pode vir a ser, diante das exigências próprias do grupo e do meio ambiente social e cultural no qual são estabelecidas as relações intersubjetivas.

Desta forma, depreender-se da obsessão da captação imaginária permite assinalar e compreender como se realiza a função estruturante na organização intrapsíquica e na relação intersubjetiva, pois qualificamos de espaço psíquico intersubjetivo aquele que vincula cada sujeito aos outros sujeitos do inconsciente, de tal modo que o próprio conceito de

intersubjetividade encontra aqui sua principal intenção. Por sua vez, o espaço psíquico transobjetivo percorre todos os sujeitos de um conjunto de sujeitos com a cultura e com as relações sociais. Assim, a articulação entre esses diferentes espaços de relação ou alianças deve ser pensada sob o ângulo da realidade psíquica inconsciente conjunta, comum, compartilhada, que os associa e os distingue.

Diante dessa elaboração dinâmica, as alianças inconscientes referem-se aos fenômenos psíquicos comuns e compartilhados que se confundem na conjunção de relações inconscientes que envolvem sujeitos de uma relação entre eles e com um grupo ao qual eles estão vinculados enquanto tomam parte e enquanto são partes constituintes. Uma de suas características gerais é de assegurar por uma ação comum e atingir por esse meio um objetivo preciso que não poderia ser atingido por cada um dos sujeitos considerados isoladamente. Dizemos, portanto, que a aliança seria ao mesmo tempo um processo e um meio de realização de objetivos inconscientes.

Por essa via, o objetivo das alianças inconscientes é tanto assegurar os investimentos vitais pela manutenção da relação e da existência de seus membros – o que exige uma reciprocidade e uma comunidade de investimentos narcísicos e objetivos – como constituir uma reciprocidade e uma comunidade de mecanismos de defesa para lidar com as diversas modalidades do negativo na vida psíquica individual e coletiva. Desta forma, as alianças consciente ou inconsciente são criadoras de acordos e consensos. As alianças tanto unem quanto excluem. Excluem de início no espaço interno, pois, para se estabelecer alianças, algumas representações e pensamentos devem ser recalcados, e outros negados, rejeitados, escondidos ou enquistados nas profundezas do ser ou, ainda, exportados para um espaço psíquico fora do próprio Eu. Alguns afetos e satisfações pulsionais também deverão ser reprimidos e deve-se admitir também algumas renúncias e até mesmo sacrifícios consentidos (KAËS, 2014).

Então, pelo fato de que as alianças engendram uma série de intercâmbios simbólicos, em que a palavra é ao mesmo tempo condição e expressão, a aliança institui uma ordem fundamentalmente humana e fundadora da política, da religião e do jurídico, especialmente sob a forma de contratos e pactos. Para Kaës (2012), as alianças se sustentam nas garantias metapsíquicas e metassociais (TOURAINÉ, 1965 *apud* KAËS, 2014) que proporcionam certezas e garantias de uma estabilidade suficiente das formações sociais – ideologias, lideranças e mitos fundantes –, porém, as situações de crise viabilizam a desestabilidade nos pilares das garantias da experiência da confiança, o que, conseqüentemente, ressoa enquanto falhas das garantias sociais – crise das matrizes simbólicas com a cultura, com a criação artística, com a ciência, em relação às marcas de subjetivação e civilização –, bem como falhas nas garantias metapsíquicas – nas alianças inconscientes, nos referenciais identificatórios, nos enunciados de certeza que asseguram uma representação confiável de um mundo interno e de um mundo externo (entorno) –, pois as formações metapsíquicas cumprem funções de enquadre, garantias e reforço, sustentação do psiquismo em seu funcionamento e sua origem, como se constrói e se estrutura (KAËS, 2014).

Contudo, pode-se salientar que o processo de subjetivação se dá com base em um investimento narcísico e em uma trama identificatória que é produto de uma herança geracional transmutada nas múltiplas interpenetrações subjetivas da trama familiar, o que salienta a questão da precedência por um outro e por mais de um outro no processo de subjetivação e a importância da intersubjetividade no que implica a metabolização da herança no confronto com o outro que transmite.

Dessa forma, pode-se apontar que o sujeito se constitui oscilando entre momentos de autoprodução, de ilusão individual e momentos de engendramento recíproco e de ilusão grupal, sendo o espaço intersubjetivo e, mais especificamente, o espaço e o tempo geracional operadores

simbólicos do trabalho psíquico de constituição da subjetividade, pois a realidade psíquica é produzida pelo trabalho de perlaboração imposto pela transmissão (KAËS, 2001).

Por outro lado, os traumas não resolvidos são entregues às crianças, e essas entregas são como um fardo pesado, confuso e assustador, destinando-a a ocupar um espaço e um tempo que não lhe possibilite entregar-se deliberadamente à arte de imaginar, sonhar, deliciar-se e estar aberta ao que surge em sua vida e na vida de seus familiares. Os traumas psíquicos são transmitidos através das memórias entre as gerações e moldam as representações internas da realidade enquanto um princípio de organização inconsciente e que pode até se tornar um tema, uma missão de vida para as vítimas, alicerçadas aos pactos das alianças que as permitem ocupar um espaço, um tempo e constituir-se membro de uma cadeia geracional.

Consecutivamente, dominada por sua dependência e seu apego indispensável aos pais, em sua preocupação de ajudá-los, aliviá-los, encarregando-se desse impossível fardo, a criança, custe o que custar, vai tentar fazer disso algo aceitável para ela e conforme a sua missão, tentando manter a mensagem enquanto herança enigmática, ou, também, procurar incansavelmente compreender, tentar incessantemente encontrar um sentido para aquilo que não lhe pertence, identificando-se ao negativo, àquilo que não pode ser elaborado e que sua vinda ao mundo revelou (GRANJON, 2000).

A transmissão psíquica se situa em um processo de identificação constitutivo de todo e qualquer sujeito, que, na melhor das hipóteses, opera uma transformação daquilo que já se encontrava presente como investimento narcísico para torná-lo seu. Contudo, existe uma parte incompreensível e desconhecida que se infiltra nessas mensagens, podendo levar a criança tanto a constituir inclusões quanto a procurar incansavelmente compreender e

encontrar um sentido para aquilo que não lhe pertence. Tendo em vista que é possível observar o esboço de diversas patologias a partir das falhas no processo de metabolização da herança psíquica, é oportuno distinguir as duas modalidades de transmissão psíquica (CORREA, 2000; GRANJON, 2000; KAËS, 1998; 2001).

Para Granjon (2000), a *transmissão intergeracional* é aquela em que a passagem de uma geração para outra acompanha uma modificação daquilo que é transmitido, enquanto a *transmissão transgeracional* designa um tipo de transmissão em que o que é transmitido não pode beneficiar-se de modificações que permitam sua integração psíquica. Em consonância com a segunda modalidade de transmissão, podemos pensar que o que será transmitido é o traço daquilo que passou, acompanhado de terror e vergonha, e que não pôde ser metabolizado. Segundo a autora, nada escapa de ser transmitido de uma forma (*intergeracional*) ou de outra (*transgeracional*).

Nas transmissões intergeracionais, o sujeito não é somente beneficiário, herdeiro, servidor forçado, mas é também adquirente singular daquilo que lhe é transmitido. Trata-se de um trabalho psíquico de elaboração que diz respeito ao sujeito e ao grupo, favorecendo transformações e conduzindo a uma diferenciação, a uma evolução entre o que é transmitido e o que é herdado. Esse trabalho permite a cada geração situar-se em relação às outras, perceber e respeitar as diferenças entre elas, tornar-se um elo e inscrever cada sujeito numa cadeia e num grupo.

Em suma, a transmissão intergeracional acontece entre gerações adjacentes, numa situação de relação direta, estando incluído um espaço de metabolização do material psíquico que será transmitido para a geração seguinte, de uma forma transformada e modificada. Nesta modalidade, a transmissão psíquica constitui a *herança positiva* da filiação (CORREA, 2000).

Dessa forma, é transmitido aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas e a manutenção dos vínculos intersubjetivos (KAËS, 1998).

Entretanto, várias situações podem destruir a capacidade e as funções parentais para que ocorra a transmissão intergeracional, como lutos não-elaborados, segredos, histórias lacunares, histórias de violência, vazios, migrações, que se constituíram a partir de condições de traumatização não transformados, não elaborados ou não historicizados. Consecutivamente, poderão ser inauguradas, na história de muitos sujeitos, transmissões transgeracionais, como um predomínio da transmissão que ocorre por intermédio dos sujeitos sem a preservação dos espaços ou das bordas que viabilizam as condições de ligação e representação, atravessando o psiquismo, invadindo-o violentamente, numa passagem direta de formações psíquicas de um sujeito a outro, de uma geração a outra.

Por esta via, a transmissão transgeracional se refere a um material não transformado e não simbolizado, geralmente relacionado aos segredos, aos não-ditos, interditos e ao indizível, ao que fica de fora da possibilidade de processamento psíquico, de simbolização e da linguagem. Em estado bruto, os restos traumáticos são repetidos ao longo de sucessivas gerações, muitas vezes sob a forma de sintomas.

Os aportes de Abraham e Torok (1995) sobre o luto, a cripta e o fantasma foram decisivos para as investigações das transmissões transgeracionais, destacando-se a ideia de que no inconsciente de um sujeito se enquista uma parte do inconsciente de um outro, que vem habitá-lo como um fantasma, além do mandato imperativo que o ancestral faz pesar sobre a sua descendência. A cripta se configura como uma sepultura secreta que mantém salvaguardado um luto indizível, que contém as palavras não ditas, as lágrimas não derramadas, as cenas não lembradas, bem como o correlato objeto da perda que não foi possível de ser admitida como tal.

Essa história ou não-história, repleta de não-ditos, que necessita ser dissociada ou clivada pelo sujeito, habitando uma cripta firmemente lacrada, necessitará encontrar um depósito fora dele próprio. O sujeito expulsa de dentro de si o seu próprio fardo, as partes alienadas de si mesmo, e as coloca em alguém narcisicamente selecionado, da geração seguinte. Essas formas particulares de identificação projetiva – identificação narcísica alienante –, liberta o representante dessa geração, enquanto escraviza, através de mandatos inconscientes, o representante escolhido da geração seguinte (FAIMBERG, 2005).

Surgindo da cripta e do mandato, do segredo inconfessável, do irrepresentável e do não-simbolização, encontraremos, em ambas as gerações, o impensável, o indizível, os restos e os traços, os passados subsumidos sob o silêncio, as histórias vazias. A nova geração, herdeira compulsória e continente do negativo (KAËS, 2005), essa vesícula que contém produtos tóxicos, torna-se a receptora singular de uma transmissão defeituosa por estar dominada por sua dependência e seu apego aos pais, e, também, por sua necessidade de ocupar o lugar que lhe é determinado.

Esses aspectos lacunares e vazios da transmissão são denominados *denegação*, face ao não revelado, que não apresenta possibilidade de simbolização, incluindo o que foi escondido ou calado pelos ancestrais e, portanto, bloqueando os processos de transformação psíquica (CORREA, 2000). Kaës (1998, p. 14) acrescenta: “O que se transmite é preferencialmente aquilo que não se contém, aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra: a falta, a doença, a vergonha, o recalcamento, os objetos perdidos, e ainda enlutados”.

Kaës (2001) trabalha com a noção de resistência intergeracional ao luto na transmissão psíquica geracional como uma situação de repetição não transformada que enquista na psique do sujeito, e, conseqüentemente,

um pacto de desconhecimento ou de resistência que se estabelece entre as gerações, impedindo-as de realizarem o processo de luto. O *pacto denegativo* é aquilo que se impõe a todo laço intersubjetivo para ser oferecido, em cada sujeito, do laço com os destinos do recalçamento e da denegação, da recusa, da rejeição ou do enquistamento no espaço interno de um sujeito ou de vários sujeitos.

O pacto denegativo, como as demais alianças inconscientes, situa-se no ponto de enovelamento das relações que são mantidas pelos sujeitos e pelos grupos aos quais eles estão ligados, seja como parte que recebe, seja como parte constituinte. A especificidade desse pacto é que ele é estabelecido para garantir as necessidades defensivas dos sujeitos quando eles formam ou estabelecem uma relação ou para manter essa relação. O pacto realiza uma função metadefensiva para cada um dos sujeitos que estiver envolvido nele. Ele é estabelecido como uma modalidade de resolução de conflitos intrapsíquicos e conflitos que perpassam uma configuração das relações (KAËS, 2014).

Dessa forma, a relação intersubjetiva organiza-se segundo duas polaridades simultâneas. Uma que se fundamenta positivamente sobre os investimentos mútuos, sobre as identificações comuns, sobre uma comunidade de ideais e de crenças, sobre um contrato narcísico, sobre modalidades admitidas em conjunto para a realização de determinados desejos, sobre a ilusão geradora do espaço potencial. E a outra que se organiza negativamente sob as diversas operações defensivas que, em toda e qualquer relação, são requisitadas por cada sujeito para que a relação possa se constituir e se manter, com o risco, caso isso não ocorra, de a relação se destruir: essas operações defensivas vão desde a repressão até a negação, da clivagem até a rejeição (KAËS, 2014).

Contudo, os acontecimentos mais dolorosos não são, necessariamente, os mais alienantes. Qualquer acontecimento poderá ser traumático e alienante para os descendentes se não puder ser elaborado, se for transmitido sem que os afetos que suscita possam ser tolerados, e sem que um pensamento sobre este acontecimento venha contê-lo e representá-lo (GRANJON, 2000). E, ainda, pode-se destacar uma dimensão da transmissão que é censurada e da qual não se fala, compreendida como o *segredo*.

Dolto (1971/1988) afirma que naquele ponto em que a linguagem termina, é o comportamento que continua a falar. Assim, a criança, através dos seus sintomas, pode encarnar e presentificar as consequências de um conflito familiar vivo, camuflado e oculto por seus pais. Dessa forma, a linguagem indica como o sujeito se constitui em relação ao Outro, e, então, os enunciados não valem tanto pelo seu aspecto de enunciado, mas pela enunciação que, necessariamente, promove o posicionamento do sujeito.

O segredo é uma forma privilegiada de transmissão psíquica, podendo ser compreendido como histórias não verbalizadas, mas insistentes, que intrigam a nova geração, cabendo a esta individualizar-se no meio desses enigmas que tipificam a história da família. Pode-se distinguir duas categorias de segredo que atravessam gerações: o não-dito (proibido de dizer) e o inominável.

Na primeira categoria, *o não-dito*, o segredo, como interceptação do dizer, pressupõe uma interdição, é uma proibição deliberada, ou seja, *disso não se fala*. Há algo ocultado, geralmente por estar associado à vergonha e à culpa. Essas histórias se repetem nas gerações seguintes sob a forma de um conteúdo recalcado, que vez por outra retorna. A segunda categoria de segredo, *o inominável*, encontra-se fora do registro do inscrito. Algo não se falou por falta de palavras e por isso transita na descendência como

indizível, não ligável e à margem de um trabalho psíquico possível, fadado à repetição como tentativa de representação (CORREA, 2000).

Alpert (2015) refere-se, em seu trabalho sobre a transmissão do trauma, à sua experiência enquanto herdeira de um trauma não resolvido e silenciado por seus ascendentes, enfatizando a importância de ter se submetido ao processo psicanalítico como via de possibilidade de interromper a cadeia de transmissão desta carga tóxica e pesada. A autora revela que compreende que a recepção do *segredo fantasmático* se deu pelo fato de sua mãe não saber dizer o indizível e o inimaginável que carregava de sua ancestralidade, mas o segredo foi revelado quando a sua mãe, através de seu comportamento, precisou recorrer a mecanismos dissociativos para gerenciar a inundação de afetos e os *flashbacks* esmagadores que invadiam o seu senso de realidade.

Corroborando com a experiência citada acima, pode-se ressaltar que o pedaço da história do sobrevivente e a fragmentação da história do sujeito são perdidas no silêncio que se instaura como interdito da possibilidade de narrar a própria experiência. Dessa forma, o que é silenciado, o segredo, o que o mundo não pode saber sobre a verdadeira realidade, podem ser transmitidos às futuras gerações através do inconsciente (MUCCI, 2013). Mais ainda, a experiência traumática não inscrita e, consequentemente, metaforizada como corpo estrangeiro – encriptado –, retorna como fantasmas para as futuras gerações. Esses fantasmas consistem, principalmente, em experiências traumáticas de um passado psico-histórico da criança e de sua família, como eventos de uma realidade externa que configuram perda, violência e morte associados à ansiedade (angústia) interna e às fantasias inconscientes (DURBAN, 2016).

Nesse sentido, o sofrimento familiar revelaria a manifestação de uma falha de metabolização de um conteúdo, pois os pensamentos impensáveis são transmitidos de uma geração para a outra, mantendo na atualidade um

excesso de angústia de desmoronamento, o que impede a cada sujeito do grupo ascender aos mecanismos neuróticos individuais estáveis. O que resulta do sofrimento familiar é algo que não pode ligar-se aos elementos de ordem qualitativa, que são os afetos e as representações organizadas nas cenas imaginárias. Assim, duas características fundamentais afetam a transmissão psíquica pelo sofrimento: o excesso e o inelutável (ANDRÉ-FUSTIER; AUBERTEL, 1998).

Conforme salienta Feldman (2016), a partir do texto *Telescoping Generation* de Faimberg (2005), o legado histórico do trauma pode ser passado através das gerações quando a experiência traumática é esquecida ou rejeitada. A tese proposta por Faimberg (2005) evidencia que será através da identificação inconsciente com um importante antepassado, que sofreu ou suportou um sofrimento decorrente de um trauma severo, que um segredo de família ou segredos encobertos e velados, bem como os afetos e sentimentos de vergonha e culpa subsumidos ao que fora encoberto, são transmitidos inconscientemente entre as gerações via fantasmas ou adoecimento psicopatológico e físico. A barreira na comunicação (linguagem), do que é e não é dito na família, impede que a narrativa coerente sobre a história traumática seja compartilhada entre as gerações sucessoras, e, assim, a linguagem comum, crucial para simbolizar, metabolizar, significar e partilhar o acontecimento traumático entre as gerações, simplesmente não existe.

Por sua vez, Kogan (1995), em seu trabalho *The cry of the mute children*, ressalta que há formas de traumatismos secundários que são realizados inconscientemente, ou a partir de identificação projetiva, se o pai está emocionalmente congelado; ou através de fantasias inconscientes ligadas a cenários passados que podem ser projetadas na criança; ou, ainda, através da identificação da criança com um parente ou pais perdidos, renunciando à sua própria vida através da identificação com o parente morto. Assim,

por *identificação primitiva*, essas crianças incorporam o trauma em suas próprias vidas, reagindo de acordo com imagens internas, ameaças mentais e terrores recordados que não pertencem à sua história.

Ou seja, enquanto a primeira geração foi quem sofreu o trauma real, para a segunda geração o impacto do trauma é traduzido em termos fantasmáticos e repercutirá, provavelmente, em efeitos psicopatológicos. Como a simbolização foi impossível na primeira geração, essa tarefa pesada deve ser encenada pelas gerações sucessoras em formas de adoecimento (KOGAN, 1995). Dessa forma, essas crianças permanecem subsumidas à sombra de sua herança e, em vez de viverem com a marca de uma ancestralidade benéfica, vivem sob a marca de serem perseguidas por fantasmas vingativos (DURBAN, 2016).

Diante dessa perspectiva, Dan Bar-On (1995, *apud* MUCCI, 2013), salienta dois aspectos importantes da transmissão traumática para a segunda, e, principalmente, para a terceira geração, sendo o primeiro o estado de exílio do sujeito que experiencia o acontecimento traumático e o segundo, a conspiração do pacto de silêncio. Por outro lado, o autor acrescenta que, em contrapartida, para refletirmos sobre a interrupção da trajetória da transmissão do trauma entre gerações, faz-se pertinente salientar os seguintes aspectos: a) o conhecimento do que aconteceu e a reconstrução da verdade ou da realidade do evento; b) compreender os fatos, ou seja, a capacidade de situar o acontecimento traumático em um contexto histórico, social e moral; c) suportar e conter a resposta emocional de raiva, medo e vergonha, sentidos pelas vítimas; d) e, por fim, refletir sobre as atitudes e comportamentos, considerando quais foram as implicações para o presente e para o futuro decorrentes dos passos anteriores, bem como quais foram os padrões de comportamento em relação ao passado, presente e futuro.

Serge Tisseron (2001), em *Segredos de família, sua vergonha, suas imagens e seus objetos*, também traz os elementos sensório-motores e afetivos para o centro da discussão sobre a transmissão psíquica inter e transgeracional. O autor considera que nós nos comunicamos para simbolizar nossa vida psíquica e a comunicação se faz através de três modos de representar: “um modo corporal, sensorial, emocional e motor, um modo imagético que corresponde às fantasias e elaborações oníricas e, por fim, um modo verbal” (TISSERON, 2001, p. 54). Grande parte dessas comunicações se dá através de comportamentos e ações, muitas vezes incompreensíveis para os próprios sujeitos, pois trazem uma mensagem da qual ele é, ao mesmo tempo, destinatário e transmissor sem o saber (TISSERON, 2001).

Em suma, o centro de repetitividade que ordena a introjeção das experiências traumáticas dos pais na vida dos filhos, a partir de um tipo de identificação com o dano causado aos pais, denominado *identificação primitiva* (FREYBERG, 1980; KOGAN, 1995; 1996; 1998; 2003; 2007), conduz a uma perda de senso de identidade e individuação da criança em relação aos seus pais e uma incapacidade de diferenciar entre o Eu e o dano parental. Ou seja, esse tipo de identificação, que está relacionado à incapacidade de obter autodiferenciação, decorre do fato, por um lado, da negação do trauma dos pais e, por outro, por haver uma lacuna na percepção emocional dos filhos, o que Kogan (2015) concebe como *buraco psíquico*.

Kogan (2015) sugere, em seu ensaio, comparar *buraco psíquico* com uma metáfora do mundo astrofísico – o *fenômeno do buraco negro* (ESHEL, 1998). Como a autora argumenta, na psicanálise, o termo *buraco negro* é usado para descrever a natureza do traumatismo causado por separação prematura e/ou separação física traumática da mãe, ou ainda, por problemas de alianças simbióticas com ela. Essas traumatizações levam a um nascimento psicológico prematuro, impulsionando, conseqüentemente, para o mundo interno da criança o estado de separação precoce com a mãe,

uma espécie de choque infantil em dimensão catastrófica associado a um terror severo que pode levar a distúrbios mentais primitivos.

A fim de evitar re-experienciação do trauma de abandono precoce, a criança pode atentar para denegar sua separação usando fantasia de onipotência e defesas autísticas, criando uma concha, uma proteção ao self (falso-self) construído no entorno do núcleo fragmentado, mantendo-o mortalmente defendido e isolado do mundo (TUSTIN, 1986, *apud* SOPHER, 2018). A experiência do *buraco negro* promove o uso de mecanismos de defesa muito fortalecidos, como a casca autística, que se apresenta como função de enovelamento do núcleo psíquico e de proteção ao self contra qualquer possibilidade de ameaça de aniquilação. Para Grotstein (1990b, p. 257), o “buraco negro é sentido não apenas como um vazio estático, mas como um impulso implosivo e centralizado no vazio”.

Por sua via, o conceito de *buraco psíquico* foi mencionado pela primeira vez por Freud (1894 *apud* KOGAN, 2015), referindo-se que “na melancolia o buraco está na esfera psíquica” (p. 104). Na literatura psicanalítica contemporânea, o *buraco na psique* denota um déficit ou ausência. É sinônimo de conceitos psíquicos, como ausência, vazio, buraco negro, desordem interna e indisponibilidade para si ou para outros, conceitos que se referem a estados internos de pacientes que *não registram sua experiência*, mesmo nos casos agudos como trauma, perda de objeto e separação (KOGAN, 2015).

Para Kogan (2015), o *buraco psíquico* resulta da negação de experiências traumáticas que são dolorosas demais para serem percebidas no campo afetivo e integradas ao processo de metabolização e simbolização. A autora ainda enfatiza que, sob o seu ponto de vista, o *buraco psíquico* também difere do *círculo vazio* de Laub e Podell (1995), pois embora ambos possam resultar de “negação de experiências traumáticas, o círculo vazio, pode ser

considerado como um espaço criado pelo colapso da capacidade imaginativa de visualizar uma atrocidade” (LAUB; AUERHAHN, 1993, p. 289), isto é, a incapacidade do sobrevivente de se apropriar da experiência como conhecimento a partir do processo de elaboração e simbolização (*ibid.*). Em contrapartida, para Kogan (2015), o *buraco psíquico* e o *buraco negro* não são espaços vazios e sim espaços que incorporam todas as fantasias inconscientes em relação a eventos que são experienciados como ausência.

Ou seja, a ruptura da rede de significação decorrente de condição de traumatização pode causar um *buraco* na psique expresso pela incapacidade dos sobreviventes de integrar o trauma na sua estrutura psíquica e em condições de possibilidade de transcorrer os processos de metabolização, representação e subjetivação. E, por outro lado, no caso dos descendentes, o *buraco* não permanece vazio; pelo contrário, é preenchido com fantasias inconscientes relacionadas à traumatização dos pais, que costumam ser extravazadas através de comportamento de *acting out*. Essas não-representações revelam o *negativo* por *acting out* que envolvem os temas traumáticos denegados que residem no *espaço psíquico* do sobrevivente, temas que estão ligados à morte e à sobrevivência.

Desta forma, através da negação ou repressão do trauma dos pais (um trauma que, por meio de *identificação primitiva*, os filhos atribuem para si mesmos), bem como, através da repressão dos filhos dos traços de trauma, os quais eram conhecidos, ou quase conhecidos, e que se tornam *desconhecidos*, que se cria um buraco psíquico, um buraco que inclui as fantasias inconscientes da criança sobre o passado traumático de seus pais (KOGAN, 2015).

Assim, o trabalho da memória, na produção de algum nível de nomeação, representação e simbolização, cumpre uma função de restituir pelo menos parte do tecido simbólico esburacado pela intensidade violenta,

fazendo uma contraposição ao horror experimentado na realidade. O não reconhecimento da dimensão dessa realidade pelo social e pela família é fonte de *buracos* na constituição psíquica. A denegação opera tão traumaticamente quanto a situação traumática em si, pois o não falar impossibilita a capacidade de metabolização, elaboração e subjetivação da experiência e, conseqüentemente, a vivência não entra no registro das palavras, permanecendo na dimensão negativa da transmissão.

Portanto, o corpo de fantasias inconscientes que preenche o *buraco psíquico* gera uma necessidade de ordenar a inscrição dessas fantasias na vida atual do filho do sobrevivente. Como mencionado acima, a validação e a nomeação do que se (re)encena por *acting out* do que não se sabe e do que fora denegado viabiliza a possibilidade de compreensão do significado destas sanções e das proibições que frequentemente põem em perigo a vida dos descendentes. Essa possibilidade de compreensão e elaboração transforma as fantasias inconscientes existentes no *buraco psíquico* em representações psíquicas conscientes dos eventos traumáticos ausentes.

Por conseguinte, o desvelamento dos elos da cadeia geracional e das posições ocupadas pelos familiares uns em relação aos outros permite ao sujeito apropriar-se de seu lugar na transmissão, bem como restituir o valor simbólico e de compromisso com o grupo familiar, pois o processo de narrativização intergeracional se assenta no nexo das memórias pessoais e coletivas, nas histórias compartilhadas em vários contextos, que tem implicação na constituição das estruturas identificatórias entre as gerações (FIVUSH; BOHANEK; DUKE, 2008; FIVUSH, 2012, 2014).

Assim, ao lembrar as experiências dos pais e avôs, as crianças passam a (re)contar, elaborar e compreender, sob diferentes perspectivas, as diversas possibilidades e formas de se estar no mundo e, consecutivamente, começam a refletir sobre valores e compromissos, de maneira a moldar a

sua própria identidade individual. Desta forma, o Eu intergeracional é o Eu que é criado como um sujeito único dentro de uma linha do tempo sócio-histórica e como parte integrante de um grupo familiar com quem pode compartilhar uma visão do mundo, a partir de sua perspectiva subjetiva e singular (FFIVUSH; NELSON, 2006; FIVUSH, 2012).

Considerações finais

O propósito de escrever esse ensaio se fez por inquietações e questionamentos sobre a clínica do traumático a partir de vivências geracionais decorrentes de situações de conflitos e traumatismos coletivos, os quais nos convocam a refletir sobre as alianças psíquicas, bem como sobre os aspectos implicados na transmissão inter e transgeracional do trauma. Pois, como salienta Kaës (2014), relacionamo-nos uns com os outros através de acordos psíquicos, mas também através da palavra e da cultura. E, ainda, vinculamo-nos uns com os outros através de alianças, algumas secretas e em parte até inconscientes, mas que uma palavra, um gesto e até mesmo um ato podem revelar.

Consecutivamente, a partir da herança transmitida entre as gerações é que de algum modo constituímos as relações internas que possibilitam um senso de continuidade, de pertencimento, de segurança e de proteção. A herança que não pode ser contida, inscrita, mentalizada e significada se transforma em adoecimento. Em contrapartida, em sentido de manter-se em saúde e de prevenir-se de um estado de confusão, numa tentativa de manter o senso de subjetividade com contornos, singularidade e em continuidade, contamos a nós mesmos, consciente ou inconscientemente, histórias sobre quem pensamos que nós somos, como chegamos até aqui e para onde seguimos. Os problemas de adoecimentos psíquicos emergem, principalmente, da impossibilidade de estabelecer narrativas significativas

de identificação (DURBAN, 2016) e de não constituição de uma possibilidade de historicização entre as gerações.

Desse modo, consideramos que a memória enquistada no corpo como gestos e modos de agir, e até mesmo de ser, é transmitida de uma geração a outra por caminhos obscuros, de inconsciente a inconsciente, através de pequenos restos, de sinais insignificantes para a consciência, mas que atingem seu alvo com precisão por meio da comunicação indicial. Ou seja, a recepção indicial refere-se ao que excede o plano da significação contida no regime verbal da comunicação – os gestos, as emoções e outros aspectos não verbais dos processos de enunciação do discurso que dominam o regime de produção e recepção de conteúdos da comunicação verbal (FERREIRA, 2010). Esse canal não verbal de comunicação indicial nos aproxima das noções de afetos de vitalidade (2010) e sintonia afetiva formulados por Daniel Stern (1985) em seu estudo sobre os primórdios dos processos subjetivos e das interações entre o bebê e seu ambiente. Segundo Stern (1985), o mundo é feito primeiro de afetos de vitalidade antes de ser um mundo de atos formais e de linguagem verbal e estes afetos de vitalidade são percebidos pelo bebê de forma instantânea, envolvidos com os processos vitais, como respirar, sentir fome, adormecer e acordar. Dessa forma, através da percepção dos afetos de vitalidade, somos aptos a imitar inconscientemente pequenos movimentos, gestos, expressões afetivas, numa modalidade de “imitação corpórea” que não passa por uma representação discursiva verbal.

Desta forma, qualquer acontecimento poderá ser traumático e alienante para os descendentes se não puder ser elaborado, se for transmitido sem que os afetos que suscita possam ser tolerados, sem que um pensamento sobre este acontecimento venha contê-lo e representá-lo. Como salienta Fonagy (1999), para um descendente de um sobrevivente de uma vivência traumática, que talvez não tenha sintomas aparentes, a interação com o

filho em certos momentos pode desencadear lembranças da dor psíquica insuportável, da qual o sujeito da experiência se defendeu recorrendo a um estado dissociativo (*split off*). Esses momentos de dissociação podem causar desorganização na relação de vinculação com a criança. Já em outros casos, outros sobreviventes traumatizados que sofrem de desorganização pós-traumática podem levar seus filhos a apresentarem comportamentos de evitação, resistência ou desorganização psicoemocional. O autor descreve tais circunstâncias como “a síndrome do filho do sobrevivente”, que corresponde ao fato que a desorganização psíquica transmitida da primeira para a segunda geração inscreve-se como uma semente na experiência da realidade interna da criança que repercutirá em experiências traumáticas tardias para a próxima geração (FONAGY, 1999).

Tendo em vista o que foi dito acima, a transmissão psíquica transgeracional ocorre como transmissão de conteúdos inconscientes e desconhecidos para os próprios sujeitos através da recepção de signos indiciais das formas de vitalidade que são como que a gramática arcaica da comunicação entre os humanos e tais processos de transmissão se dão através dos contatos primordiais entre as crianças e seu ambiente. Assim, na clínica, quando o analista ocupa a função de contentor, *holding*, *função alfa*, ele assume a capacidade de mediador reflexivo com o paciente, no sentido de estar disponível para interpretar pensamentos e ações – pensar sobre o pensamento, nomeando os sentimentos, auxiliando o paciente a atribuir significados às suas ações e às dos outros.

Então, um dos objetivos da clínica do trauma e da transmissão traumática ocorre como meios de viabilizar a possibilidade de transportar para o espaço do setting a condição suficiente para que o sujeito possa restabelecer a temporalidade, amarrar o passado com futuro, historicizar novamente o que foi vivido no tempo do acontecimento traumatizado, reabilitar a história pessoal para além desse espanto, que, como buraco negro, absorve toda a

vida anímica, compactando-a a uma dor sempre atual, sempre vivida como presente. Assim, o analista deve estar aberto e disponível para esta dupla vertente, por um lado, a via do indecifrável e por outro, a via da cicatriz de algo morto ou destruído no núcleo da vida psíquica (VIGNAR, 2005).

Haydée Faimberg (2005) cunhou o termo “telescopagem de gerações” no sentido de que algo de uma geração anterior se “encaixa” na outra e produz comportamentos, sensações, inibições, mas não uma memória que possa se associar e criar outros sentidos possíveis. Faimberg (2005) salienta que o fazer do analista nessas situações se torna quase uma evocação da presença de outras figuras; um chamado aos fantasmas do passado que assombram o presente para que algo possa ser vivido por aquele sujeito (o paciente) e ser compartilhado transferencialmente.

Referências

ABRAHAM, N.; TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.

ALPERT, J. L. “Enduring mothers, enduring knowledge: on rape and history”. *Contemporary Psychoanalysis*. Nova Iorque, v. 51, n. 2, 2015, pp. 296-311.

ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F. “A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento”, in Eiguer, A (org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações*. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

AULAGNIER, P. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

CORREA, O. *O legado familiar: A tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

DOLTO, F. (1971) *Psicanálise e pediatria*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1988.

DURBA, J. “Shadows, ghosts, and chimaeras – one some early modes of handling psycho-

genetic heritage”, in Harris, A.; Kalb, M.; Klebanoff, S (orgs.). *Ghosts in the consulting room: Echoes of Trauma in Psychoanalysis*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

ESHEL, O. “Black holes’ deadness and existing analytically”. *The International Journal of Psychoanalysis*. Londres, v. 79, 1998, pp. 1115-1131.

FAIMBERG, H. “The telescoping of generations: A genealogy of alienated identifications (1981\1985)”, in *The telescoping of generations: Listening to the narcissistic links between generations*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

FELDMAN, M. (2016). “Travel Fever – Transgenerational trauma and witnessing in analytic and analysand”, in Harris, A.; Kalb, M.; Klebanoff, S (orgs.). *Ghosts in the consulting room: Echoes of Trauma in Psychoanalysis*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

FERREIRA, W. *O caos semiótico: ensaios críticos de estudos de comunicação*. São Paulo: Livros Educacionais, 2010.

FIVUSH, R. “Gender and voice in emotional reminiscing”, in Lagattuta, K. H. (ed.). *Children and emotion: New insights into developmental affective science*. Basel: Karger Publishers, 2014.

FIVUSH, R. “Subjective perspective and personal timeline in the development of autobiographical memory”, in Bernsten, D.; D. Rubin, D. (eds.). *Theories of autobiographical memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FIVUSH, R.; BOHANEK, J. G.; DUKE, M. “The intergenerational self: Subjective perspective and family history”, in Sami, F (ed.). *Individual and collective self-continuity*. Mahwah: Erlbaum, 2008.

FIVUSH, R.; NELSON, K. “Parent-child reminiscing locates the self in the past”. *The British Journal of Developmental Psychology*. Oxford, v. 24, 2006, pp. 235-251.

FONAGY, P. “Persistencias transgeneracionales del apego: una nueva teoria”. *Aperturas psicoanalíticas: Revista de psicoanálisis*. n. 3, 1999.

FREUD, S. (1913 [1912-13]) Totem e tabu, in *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Obras completas, 11)

FREUD, S. (1914) Introdução ao narcisismo, in *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-50. (Obras completas, 12).

FREYBERG, S. "Difficulties in separation-individuation as experienced by offspring of Nazi Holocaust survivors". *American Journal of Orthopsychiatry*. [S. l.], v. 50, n. 1, 1980, pp. 87-95.

GRANJON, E. "A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica", in Correa, O. B. R. (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.

GROTSTEIN, J. S. "Nothingness, meaninglessness, chaos and 'black hole' I: The importance of nothingness, meaninglessness and chaos in psychoanalysis". *Contemporary Psychoanalysis*, v. 26, n. 2, 1990b, pp. 257-290. <https://doi.org/10.1080/00107530.1990.10746658>

KAËS, R. (org.). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KAËS, R. "Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração", in Eiguer, A. (org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

KAËS, R. *As alianças inconscientes*. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

KAËS, R. *Le malêtre*. Paris : Dunod, 2012.

KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KOGAN, I. "Die Suche nach Geschichte in den Analysen der Nachkommen von Holocaust Überlebenden; Rekonstruktion des 'seelischen Lochs' [The search for narratives in the analyses of Holocaust survivors' offspring: Reconstruction of the "psychic hole"]", in Weiss, H.; Lang, H. (eds.), *Psychoanalyse Heute Und Vor 70 Jahren* [Remembering, acting and enacting]. Tübingen: Edition Diskord, 1996.

KOGAN, I. "From psychic holes to psychic representations". *International Forum of Psychoanalysis*. Dublin, v. 24, n. 2, 2015, pp. 63-76.

KOGAN, I. "On being a dead, beloved child". *Psychoanalytic Quarterly*. [S. l.], v. 72, n. 3, 2003, pp. 727-67.

KOGAN, I. "The black hole of dread: The psychic reality of children of Holocaust survivors", in Berke, J. H.; Pierides, S.; Sabbadini, A.; Schneider, S. (eds.) *Even paranoids have enemies: New perspectives on paranoia and persecution*. Londres: Routledge, 1998.

KOGAN, I. *The cry of mute children: A psychoanalytic perspective of the second generation of the Holocaust*. Londres: Free Association Books, 1995.

KOGAN, I. *The struggle against mourning*. New York: Jason Aronson, 2007.

LAUB, D. I.; AUERHAHN, N. "Knowing and not knowing massive psychic trauma: Forms of traumatic memory". *International Journal of Psychoanalysis*. Londres, v. 74, n. 2, 1993, pp. 287-302.

LAUB, D.; PODELL, D. "Art and trauma". *International Journal of Psychoanalysis*. Londres, v. 76, 1995, pp. 995-1005.

MUCCI, C. *Beyond individual and collective trauma: Intergenerational transmission, psychoanalytic treatment, and the dynamics of forgiveness*. Londres: Karnac, 2013.

SOPHER, R. "An allegiance to absence: Fidelity to the internal void". *The Psychoanalytic Quarterly*, [s. l.], v. 87, n. 4, 2018, pp. 729-751.

STERN, D. *El mundo interpersonal del infante*. Buenos Aires: Paidós, 1985.

TISSERON, S. "Les secrets de famille, la honte, leurs images et leurs objets", in Rouchy, J.-C. (org.). *La psychanalyse avec Nicolas Abraham et Maria Torok*. Toulouse : Érès, 2001.

VIGNAR, M. "Especificidade da tortura como trauma". *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, v. 39, n. 1, 2005, pp. 59-74. Bibliografia consultada

BOHLEBER, W. "Remembrance, trauma and collective memory – The battle for memory in psychoanalysis". *The International Journal of Psychoanalysis*. Londres, v. 88, 2007, pp. 329-352.

LAUB, D. "The empty circle: children of survivors and the limits of reconstruction". *Journal of the American Psychoanalytic Association*. Nova Iorque, v. 46, n. 2, 1998, pp. 507-529.

TUSTIN, F. *The protective shell in children and adults*. Londres: Karnac, 1990.

Recebido em 09/06/2023

Aceito em 09/10/2023

Revisão gramatical de **Bruno dos Santos Konkewicz**

Revisão técnica de **Mariana Biazi**

Gleysse Gonçalves Martins de Paula

Rua Rio Grande do Norte, 1560/ 902 – Savassi

30130-131 – Belo Horizonte – MG

gleyssedepaula@yahoo.com.br

Cristiane Pilar Lago

Av. Independência, 1810/ 406A

96816.010 – Santa Cruz do Sul – RS

cpilarlago@gmail.com

© Constructo – Revista de Psicanálise